

O processo de construção da identidade ítalo-sul-riograndense (1875-1918)¹

The process of identity construction among Italian immigrants
in the state of Rio Grande do Sul (1875-1918)

Paulo César Possamai²

paulopossamai@cchla.ufrn.br

Resumo. Os imigrantes italianos, chegados ao Rio Grande do Sul a partir de 1875 para dar início à colonização agrícola do nordeste e do centro do Estado, haviam saído de um país recentemente unificado, no qual a construção de uma identidade nacional ainda estava em curso. Aqui, no contato com outras etnias, abandonaram a identificação coletiva que os ligava às aldeias de origem em favor de uma identidade étnica italiana. A maior parte dos trabalhos que abordam a temática da construção da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul sustenta que a catolicidade era o principal meio de identificação coletiva. Neste artigo buscamos, através da análise de memórias e de cartas de imigrantes e agentes consulares italianos, compreender como se deu o processo de construção da identidade coletiva antes que a atuação da Igreja Católica calasse a corrente anticlerical dentro da comunidade italiana no nosso estado. A invenção da tradição não se faz do nada, como sustenta Hobsbawm. É fato que a maior parte dos imigrantes italianos era fervorosamente católica e pouco interessada pelo Estado nacional italiano. Porém, uma identidade católica e avessa ao nacionalismo, construída pela historiografia patrocinada pelo clero católico, praticamente apagou a existência de elementos ligados ao nacionalismo e ao anticlericalismo. É justamente a atuação desse grupo que nos propomos a estudar até o ano de 1918, pois, no decorrer da Primeira Guerra Mundial, foram feitas as primeiras tentativas de nacionalização dos imigrantes, por parte do Estado e da Igreja.

Palavras-chave: imigração, colonização, identidade.

Abstract. The Italian immigrants who began to arrive in Rio Grande do Sul after 1875 to work as farmers in the northeast and central areas of the state had left behind a newly-unified country, where the construction of a national identity was still in progress. Here, in contact with other ethnic groups, they abandoned their collective identification with the villages they had come from in favor of an Italian ethnic identity. Most studies on the theme of identity construction by the Italian immigrants and their descendants in Rio Grande do Sul claim that Catholicism was the main agent of collective identification. In this article we analyze documents and letters from immigrants and Italian consular agents in order to understand the process of collective identity construction before the intervention of the Catholic Church silenced the anticlerical voices in the state's Italian community. The invention of tradition does not arise out of nowhere, according to Hobsbawm. It is a fact that most Italian immigrants were deeply Catholic and had little

¹ Este texto sintetiza uma parte do livro no qual foram publicados os resultados da pesquisa financiada pela bolsa "recém-doutor" da FAPERGS, desenvolvida na Unisinos entre 01/08/2002 e 31/07/2003, sob a orientação do Prof. Dr. Martin N. Dreher. Para o trabalho completo consultar: POSSAMAI, Paulo. 2005. *"Dall'Italia siamo partiti": a questão da identidade entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Passo Fundo, UPF Editora, 268p.

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

interest in the Italian national state. However, a Catholic identity opposed to nationalism, constructed by historians sponsored by the Catholic clergy, practically erased the existence of evidence of nationalism and anticlericalism. This paper discusses the activities of this group prior to the year 1918, because during and after the First World War the Brazilian government and the Catholic Church made their first attempts to nationalize the immigrants.

Key words: immigration, colonization, identity.

Existe uma abundante bibliografia sobre a história da imigração italiana no Rio Grande do Sul, entretanto poucos são os estudos que abordam o problema da construção da identidade coletiva entre os imigrantes italianos e seus descendentes. A maioria dos trabalhos existentes busca, antes de tudo, analisar o papel da Igreja Católica entre os imigrantes, partindo do pressuposto de que a identidade étnica era fraca entre os imigrantes e seus descendentes, sendo a catolicidade o principal meio de identificação coletiva da comunidade ítalo-rio-grandense. Essa afirmação tem como base o processo de unificação da península, que foi feito contra a vontade da Igreja.

A unificação política da Itália só se tornou possível com a extinção dos Estados Pontifícios, situação que criou um antagonismo difícil de ser superado entre o Estado italiano e a Igreja Católica. Com a retirada das tropas francesas de Roma, em decorrência da guerra franco-prussiana, o exército italiano ocupou a cidade em 20 de setembro de 1870. O Papa não aceitou a perda da cidade e refugiou-se no Vaticano, considerando-se desde então como um prisioneiro de guerra. Recusou-se a reconhecer o Estado unificado italiano, ao proibir aos fiéis a participação nas eleições do reino, criando desse modo uma profunda barreira entre os católicos e o novo governo (Manfroi, 1999, p. 51). Pio IX fez da “Questão Romana” o principal entrave entre a Igreja Católica e o Estado italiano, embora este tenha garantido a sua liberdade de ação.

A construção de uma identidade italiana começava a se formar na Itália quando partiram os primeiros emigrantes. A oposição da Igreja Católica ao Estado unitário configurou-se num grande empecilho no sentido de se formar uma nação nos primeiros anos após a unificação da Itália. Se entre os que nunca saíram do campo, geralmente os mais velhos, ela nunca chegou a se formar, não se pode dizer o mesmo dos mais jovens, que nas escolas e quartéis começaram a se perceber como membros de um Estado nacional. Os pais de Andrea Pozzobon, um dos poucos imigrantes que nos legaram suas memórias, eram pobres camponeses a serviço de grandes proprietários que resolveram emigrar para o Brasil. A pedido de seu pai,

Andrea pediu seu desligamento dos quadros do exército italiano em 10 de agosto de 1885. Em suas memórias, Andrea relata que o seu avô era quem manifestava maior alegria em partir. Para o autor, cujo sentimento nacionalista era bastante forte, tal atitude explicava-se pelo fato do seu avô ter vivido a maior parte da sua vida durante o domínio austríaco, situação que explicaria o que o autor julgou “falta de orgulho nacional” (Pozzobon, 1997, p. 44).

Adami acredita que a lembrança da “pátria madrasta” permaneceu na memória dos imigrantes por muito tempo. Para sustentar essa idéia, cita versos que os imigrantes cantavam na partida, que ironizavam o futuro dos donos de terra, cuja mão-de-obra havia desertado. Também cita algumas declarações onde se vê o ressentimento contra os representantes do governo italiano que existia entre alguns imigrantes, que os relacionavam aos odiados proprietários de terra que haviam explorado seu trabalho na Itália (Adami, 1971, p. 42). Contudo, se no momento da partida muitos imigrantes davam vivas ao Novo Mundo, as primeiras dificuldades no Brasil fizeram com que boa parte deles se lembrasse com saudades da pátria. Lorenzoni conta que, na caminhada pela mata, ouviu entre os imigrantes que se dirigiam para a colônia Silveira Martins as primeiras maldições a Colombo e ao Brasil (Lorenzoni, 1975, p. 48).

De acordo com o agente consular italiano Luigi Petrocchi, ainda em 1905, muitos imigrantes continuavam magoados com a nova pátria: “Vivem sem que nada lhes traga à mente as doces recordações da terra natal; e se a memória da pátria-mãe não se extinguiu de todo, deve-se, mais que a qualquer outro, ao estado de miséria atual no qual se encontram, e que os faz odiar o país em que vivem” (Petrocchi, 1992, p. 82).

Segundo Franzina, em sua maioria, os colonos eram leais à luta movida pelo clero ultramontano ao Estado unitário italiano, porque anticlerical, mas se sentiam italianos ao manter contato com outras etnias, como os alemães ou luso-brasileiros (Franzina, 1999, p. 31). De fato, mesmo o nome da forma dialetal que se criou no Rio Grande do Sul a partir da mescla dos dialetos do norte da Itália atesta que os imigrantes passaram a se ver como italianos. Segundo

Carboni: “Em relação às demais nacionalidades presentes no Brasil, os colonos peninsulares foram identificados, de maneira generalizadora, como *italianos*, e a língua por eles falada, como *italiana*. Fortalecida pelo unitarismo peninsular, essa generalização foi adotada pelos próprios imigrantes, que passaram a se autodenominar de italianos ou *taliani*” (Carboni, 1999, p. 293).

O apego ao catolicismo não deve ser exagerado de modo a empalidecer a cultura camponesa trazida da Itália como fez Manfroi ao afirmar que: “As colônias italianas do Rio Grande do Sul não eram um campo propício para a explosão da italianidade. Elas foram o mais extraordinário e original palco de explosão da catolicidade” (Manfroi, 1999, p. 52). Estamos de acordo com Thales de Azevedo de que se deve fazer distinção entre a política de italianidade oficial, propagada pelo Estado italiano, e o que também pode ser chamado de italianidade, que é a preservação da herança cultural trazida da Itália: costumes, língua e mesmo a religião, já que ela era vista como diferente daquela praticada pelos luso-brasileiros (Azevedo, 1979, p. 65).

Se surgiram fricções entre os alemães, primeiros imigrantes a colonizar o Rio Grande do Sul, e os italianos, que chegaram cerca de meio século depois, a fricção maior se dava com os luso-brasileiros. Vários depoimentos atestam que o imigrante italiano ou alemão era muitas vezes escarnecido ou maltratado pelos luso-brasileiros, que achavam que tinham mais direitos de brasilidade que o imigrante que buscava uma nova pátria (Hohlfeldt, 1979, p. 212). O imigrante Andrea Pozzobon descreveu que, no porto de Santos, “continuamente a ‘negrada’ nos apupava com os pouco honrosos nomes de carcamanos, gringos, ladrões, filhos das... e outras boas companhias” (Pozzobon, 1997, p. 71). Já um imigrante, em Urussanga, queixava-se que, a cada questão com os colonos, os membros da comissão de terras faziam notar que eles eram brasileiros e que os colonos eram estrangeiros (Pescador, *in* Franzina, 1994, p. 117).

Não é de se estranhar que os brasileiros demonstrassem aversão aos imigrantes. Os pobres viam o Estado patrocinar a colonização subvencionada com estrangeiros enquanto os nacionais permaneceram destituídos dos meios de acesso à terra, e os que a ocupavam sem possuir o título de propriedade foram expulsos dela em proveito dos estrangeiros (Luchese, 2001, p. 83). A elite sul-rio-grandense, voltada para a pecuária, se desinteressava da política de colonização promovida pelo governo central, enquanto os diretores das colônias e membros das comissões de terra viam os imigrantes como deserddados a quem não se devia dar muita consideração. Foram essas fricções interétnicas que favoreceram a construção de uma identidade coletiva que viu na etnicidade em comum um valor a ser preservado como uma forma de autodefesa.

O diretor da colônia Dona Isabel, Júlio da Silva Oliveira (1884), foi apelidado de jacobino por Lorenzoni, nome pelo qual ele denominava “os poucos brasileiros, moradores na colônia, que só viam em qualquer imigrante italiano um elemento de desordem e um parasita”. Segundo o autor das memórias, o diretor era hostil aos italianos, dando-lhes o apelido depreciativo de “gringos”. Quando o mesmo se negou a pagar o caixão de um imigrante que falecera logo ao chegar à colônia, deixando a mulher com vários filhos abrigada na Sociedade Italiana, Lorenzoni e seus amigos resolveram intervir. Protestaram contra o comportamento do diretor num artigo publicado no jornal *La Voce del Popolo*, assinado pelo presidente da Sociedade Italiana. Oliveira procurou vingar-se, mas os colonos mobilizaram-se, coletando mais de 2 mil assinaturas de chefes de família na qual pediam ao presidente da província a substituição do diretor. Porém, não tiveram o apoio do governo nem do consulado italiano. O caso só foi resolvido quando Oliveira se transferiu para Alfredo Chaves, depois que os colonos lhe prepararam uma entrada fúnebre no seu retorno à vila (Lorenzoni, 1975, p. 164-166).

As fricções interétnicas não se restringiam às colônias, principal alvo de nosso estudo, mas também ocorriam na capital do estado. Em outubro de 1892, o cônsul italiano avisou seu governo dos constantes ataques feitos pelo jornal *Corriere Cattolico* à Itália. Segundo o periódico católico, o reino italiano era “uma espelunca de ladrões”. O mesmo não hesitara em qualificar Garibaldi de “cão”. Em 20 de setembro de 1895, o jornal católico alemão *Deutsches Volksblatt* publicou uma série de insultos à Itália, chamada de “nação desprezível, baixa, torpe, miserável”. Aos italianos, o periódico referia-se como “bandidos, homens sem moral, guiados por instintos vis”. Os italianos residentes em Porto Alegre procuraram a retratação do editor, que manteve sua posição, mesmo quando o cônsul intercedeu junto à autoridade policial. A ofensa exaltou particularmente os ânimos porque foi publicada no dia da tomada de Roma, que era a principal festa dos nacionalistas italianos. Na manhã de 29 de setembro, um grupo de cerca de 200 italianos, aos gritos de “morras aos jesuítas e ao Papa”, empastelou o jornal católico (Simões e Constantino, 1996, p. 95-101).

Na análise de Giron e Bergamaschi, os colonos eram mal vistos pelos grandes proprietários, que procuravam mantê-los isolados da população nacional. As privações a que os colonos foram submetidos tornaram-nos diferentes de seus compatriotas e distantes dos brasileiros, o que os impedia de romper os laços com a terra natal e estabelecer laços com a pátria adotiva. Desiludidos com promessas não cumpridas, passaram a desconfiar dos funcionários imperiais e também dos cônsules italianos. “Para eles a colônia era a única pátria possível, e os compatriotas dessa nova pátria eram os demais colonos” (Giron e Bergamaschi, 1996, p. 23).

De fato, apesar do discurso nacionalista sobre a assimilação estar presente desde o Império, os projetos coloniais de ocupação das terras devolutas excluía os nacionais. Porém, a contradição entre a ideologia nacionalista e a prática era apenas aparente, pois devem ser consideradas as motivações econômicas e geopolíticas vinculadas ao planejamento da colonização, nem sempre consoantes com os princípios do nacionalismo. De um lado, havia uma concepção de nação elaborada, num sentido mais geral, por nacionalistas de diferentes matizes compartilhando ideais assimilacionistas e princípios de desigualdade racial, e, por outro lado, os interesses econômicos e políticos provincianos que preferiam o “colono estrangeiro” no seu lugar, trabalhando o seu lote colonial sem apresentar reivindicações políticas (Seyfert, 2000, p. 145-150).

Dentro desse contexto, os imigrantes buscaram recriar o ambiente das aldeias de origem, mas desta feita sem a figura do patrão. Paolo Rossato escrevia aos seus parentes dizendo: “No campo, há 7 anos, não se encontrava ninguém além dos índios, homens selvagens que fugiam. Agora há 1.400 habitantes entre italianos e tirolezes, e pensa-se mesmo em formar uma nova Itália.” (Rossato, *in* De Boni, 1977, p. 32). Rossato buscava eliminar o medo do desconhecido pela descrição de uma Itália recriada no Brasil: “Há também escolas italianas e não creiam vir para a América para trocar posições, ares e língua, porque a língua aqui é a italiana e somos todos italianos: perto de 1.400 habitantes. E agora, em nosso travessão, constrói-se uma escola.” (Rossato, *in* De Boni 1977, p. 40).

Deve-se notar que Paolo Rossato sempre fala numa nova Itália e não faz referência aos particularismos regionais. Por certo os regionalismos persistiam, mas foram sendo progressivamente sufocados pela criação de uma identidade italiana unitária, favorecida pela fricção com as outras etnias. Se Rossato guardava ressentimentos pela falta de oportunidades que o obrigou a deixar a Itália, não renunciava aos costumes italianos, pois havia conseguido o que queria: tornar-se um proprietário de terra num espaço que lembrava seu torrão natal.

Os principais símbolos de pertença à nação italiana para os imigrantes eram a bandeira tricolor, o culto aos heróis nacionais e à família real. Mesmo quando se ia receber os padres ultramontanos não se deixava de levar uma bandeira italiana, apesar de todos saberem que eles rejeitavam qualquer relação com o reino da Itália, porque anticlerical. Em 1886, quando chegaram os palotinos ao Vale Vêneto, cem cavaleiros foram buscá-los na estação de Arroio do Só. De cada lado dos sacerdotes estavam quatro jovens, cada um com uma bandeira: italiana, brasileira, pontificia e branca, representando a paz (Magro, 1996, p. 467). Não sabemos se a presença da bandeira italiana no cortejo agradou aos palotinos, que logo após sua instalação na região se destacaram

no combate à difusão da política oficial de italianidade, mas a sua presença deve ter sido percebida como necessária pelos colonos, como indicativo da sua pátria de origem.

Logo após a proclamação da República, em 1889, deu-se a separação entre o Estado e a Igreja. No período conturbado que se seguiu à implantação da República no Rio Grande do Sul, o clero procurou transmitir uma posição de cautela. Durante a Revolução Federalista, a hierarquia católica procurou não desafiar a autoridade constituída, mesmo que houvesse um confronto ideológico patente entre seus representantes e os ideais positivistas defendidos pelos membros do Partido Republicano Rio-Grandense, o PRR. Paradoxalmente, foi a partir da queda da monarquia e da implantação do laicismo que a Igreja mais se desenvolveu. Antes tolhida pela poder régio, a ação missionária agora não encontrava entraves, já que o castilhismo defendia a liberdade religiosa e a não intervenção nos assuntos da Igreja (Piccolo, 1990, p. 582). Na região colonial, segundo Marin: “A ascendência dos padres sobre as populações coloniais fez com que a Igreja desempenhasse, durante a República Velha, o papel de instituição mediadora entre os colonos e o Estado, legitimando a facção oligárquica dominante no Rio Grande do Sul através do trabalho cerimonial e doutrinário” (Marin, 1993, p. 15).

Os primeiros religiosos a se estabelecerem na região colonial italiana foram os palotinos, que se fixaram na área da antiga colônia Silveira Martins, em 1886. Os palotinos eram disciplinados, obedientes, zelosos, tinham senso de hierarquia eclesiástica e, em sua maioria, uma moral impecável. Viam o catolicismo romano como a única forma autêntica de catolicismo, fora da qual não haveria salvação e verdade. O bispo teve nessa congregação um forte aliado no projeto de restauração católica no Rio Grande do Sul. As maiores resistências encontradas pelos ultramontanos nessa região se deram em Silveira Martins e Dona Francisca. Na sede de Silveira Martins, os funcionários públicos, os profissionais liberais, comerciantes e artesãos eram, em sua maioria, maçons e anticlericais (Marin, 1993, p. 129-134).

Outros religiosos que se estabeleceram no Rio Grande do Sul foram os escalabrinianos ou carlistas, membros da congregação fundada pelo bispo de Placência, Giovanni Battista Scalabrini com o objetivo de prestar assistência aos emigrantes italianos e preservar o sentimento de italianidade entre eles. Em primeiro de novembro de 1894, a comunidade da colônia de Alfredo Chaves informou o bispo de Porto Alegre de que havia escrito a Scalabrini, pedindo-lhe missionários. Em 28 de agosto do ano seguinte, o pedido foi refeito. Scalabrini enviou então o padre Domenico Vicentini, que chegou ao Rio Grande do Sul em 1896. O padre vinha com destino a Alfredo Chaves, mas o bispo resolveu enviá-lo a Encantado (Francesconi, 1975, p. 72-73). Dentre as paróquias que foram atendidas pelos padres da Congregação

de São Carlos no Rio Grande do Sul, podemos citar: Encantado, Nova Prata, Nova Bassano, Protásio Alves, Monte Belo, Guaporé, Cotiporã, Casca, Serafina Correa e Dois Lajeados (Rizzardo, 1981, p. 21-52).

Os capuchinhos chegaram em 1896, sendo logo destinados pelo bispo D. Cláudio à realização de “santas missões” entre os imigrantes italianos. Porém logo surgiram divergências entre os párocos e os missionários, a maioria delas de origem financeira. A fim de que os capuchinhos conseguissem manter-se, sem entrar em atrito com os padres italianos, tornou-se necessária a obtenção de algumas paróquias, cujos rendimentos manteriam economicamente as missões e os conventos da ordem religiosa no estado. Seus pedidos nesse sentido foram atendidos por D. Cláudio, que lhes cedeu as paróquias de Vacaria e Nova Trento (Flores da Cunha) em 1903, Alfredo Chaves (Veranópolis) em 1904, Lagoa Vermelha em 1908 e Sananduva em 1911 (Zagonel, 1975, p. 199-209).

O resultado da intensa atuação das ordens e congregações religiosas na região colonial foi a formação de uma ética puritana, onde o celibato e a virgindade consagrada foram fortemente valorizados, criando-se uma espiritualidade marcadamente monacal. A rigidez moral desse tipo de espiritualidade manifestava-se na condenação aos bailes, controle sobre as conversas, não sendo tolerados assuntos referentes à sexualidade, e uma rígida separação entre os sexos por ocasião das cerimônias religiosas. Os institutos religiosos do século XIX ressaltavam as virtudes e os méritos do trabalho agrícola, desenvolvendo entre os colonos uma ascese do trabalho que, aliás, vinha ao encontro das próprias necessidades dos fiéis (Azzi, 1993, p. 77).

Enquanto a Igreja se preocupava em regrar a prática religiosa dos colonos, procurando criar uma identidade coletiva católica que se opusesse à pregação liberal e laica dos nacionalistas italianos, com a implantação da República, aumentou a preocupação das autoridades brasileiras com a assimilação dos estrangeiros. A primeira autoridade italiana a visitar as colônias, depois da implantação do regime republicano, teve o desprazer de ouvir João José Pereira Parobé, secretário de obras públicas do Rio Grande do Sul, declarar-lhe que o Estado se interessava pela continuação da corrente imigratória, salientando: “se este imigrante for italiano, tanto mais fácil se tornará nosso intento, pela assimilação natural que deriva da raça e da língua” (Antonelli, *in* De Boni, 1983, p. 20). De fato, a assimilação dos filhos dos imigrantes italianos já vinha acontecendo, mesmo sem a intervenção estatal.

Em 1905, o agente consular Ancarani mostrou-se contrariado ao observar que poucos pais davam importância à educação de seus filhos, o que prejudicava a implementação da política oficial de italianidade patrocinada pelo governo italiano. Os colonos continuavam a falar os dialetos de origem,

e os que viviam nas sedes das colônias preferiam aprender o português para melhor se comunicarem com os brasileiros. Verificou que a nova geração procurava se integrar na sociedade brasileira a fim de apagar o estigma de imigrante pobre com que a elite luso-brasileira contemplava os imigrantes e seus filhos: “Na sede, mais que em outros lugares, é perceptível a indiferença pelo estudo da nossa língua, especialmente nas donzelas e nos jovens. E não faltam os que mostram repugnância em falar italiano, considerando como humilhação o fato de falar a língua que chamam dos imigrantes” (Ancarani, *in* De Boni, 1983, p. 56).

Mas se os filhos de imigrantes que falavam português ganhavam prestígio nas sedes das colônias, o mesmo não se dava na zona rural, onde eram ridicularizados pelos colonos. Entretanto, apesar da resistência do grupo, o português logo se tornou a língua franca nos contatos interétnicos, o que se verificava com mais frequência nas regiões onde as colônias italianas vizinhavam com as alemãs ou polonesas. Além do ensino do idioma oficial, a escola pública, que se desenvolveu durante o regime republicano, contribuiu para a aculturação dos imigrantes e seus descendentes através da apresentação de símbolos nacionais e estaduais, como brasões, bandeiras, mapas e hinos (Azevedo, 1975, p. 239-242).

Franzina adverte com razão que o regionalismo gaúcho interferiu no processo de assimilação e integração dos imigrantes italianos (Franzina, 1999, p. 16). Apesar dos esforços do governo central em criar um nacionalismo brasileiro que servisse de elemento unificador frente às diferenças regionais, elas persistiram com maior ou menor força em todas as regiões. O regionalismo foi sempre muito forte no Rio Grande do Sul, devido à peculiaridade do processo sociohistórico rio-grandense. A presença da fronteira e as guerras constantes, movidas contra os espanhóis num primeiro momento e, depois da independência, contra as nações platinas, favoreceram o autonomismo político da elite local, que foi bem expressado pela Revolução Farroupilha (Carneiro, 2000, p. 122).

Vejamos alguns exemplos de como o regionalismo rio-grandense foi assimilado por parte dos imigrantes e seus descendentes. Na viagem de Santos a Rio Grande, o jornalista Vittorio Bucelli e seus companheiros visitaram um grupo de colonos de Alfredo Chaves que voltava de uma visita aos parentes na Itália. Os colonos traziam uma grande quantidade de salames e vinhos que acrescentaram à ração de bordo, a fim de mostrar aos visitantes uma mostra da provisão que levavam para casa. A menção da palavra pátria com referência ao Brasil, mais precisamente ao Rio Grande do Sul, não deixou de ser notada por um dos italianos, que perguntou se os colonos não eram também italianos. A resposta foi: “sim e não”. Resposta que foi esclarecida pelo colono mais idoso:

Veja: deste grupo só eu e aquele outro ancião, que é meu irmão, somos totalmente cidadãos italianos, e mesmo havendo abraçado o nosso belo Rio Grande (e dizendo belo mostrava uma certa comoção) como segunda pátria, depois de 30 anos de Brasil, ainda somos fiéis à nossa nacionalidade; mas estes jovens, já homens maduros, chegaram lá ainda crianças de colo, os outros nasceram mesmo lá, e são italianos pela própria vontade, pela tradição de família, mas a sua pátria é o Rio Grande (Buccelli, 1906, p. 41).

Os colonos concordavam com a máxima latina do “*ubi bene, ubi patria*”, dizendo: “A Itália sim, é bela e boa, mas a pátria é onde se está bem” (Buccelli, 1906, p. 42). Porém, nem por isso abdicavam da sua nacionalidade, que era reafirmada a cada encontro com um representante de outro grupo étnico: “lá no Rio Grande, em meio aos brasileiros, que de resto sempre nos falam com simpatia do nosso país, ao lado dos alemães, que têm a pretensão de haver descoberto o mundo, nos sentimos muito mais italianos que quando vamos à Itália” (Buccelli, 1906, p. 42). A viagem de Buccelli foi patrocinada pelo governo estadual, que pretendia estimular a imigração voluntária para o Rio Grande do Sul. Devido a esse fato devemos ter cuidado em analisar as informações que apresenta. É possível que o colono entrevistado não demonstrasse tanta simpatia aos brasileiros, reservando toda fricção interétnica aos contatos com os teuto-brasileiros, mas o seu depoimento não deixa de ser interessante para a análise do sentimento de identidade coletiva, reavivado pela vizinhança com representantes de outras etnias.

Observa-se que o Brasil ou, mais especificamente, o Rio Grande do Sul é a segunda pátria, enquanto a primeira continua a ser a Itália. Os imigrantes construíram a sua identidade ao redor de símbolos nacionais italianos, especialmente ao culto da memória de Garibaldi, herói no Rio Grande do Sul e na Itália. A construção da identidade ítalo-rio-grandense se deu, pois, com dois elementos de importância: nacionalismo italiano e colaboração prestada pelos imigrantes à segunda pátria (Constantino, 1991, p. 158-160). Mas, enquanto o primeiro elemento enfrentava a oposição da Igreja Católica, o segundo tinha seu apoio total.

Autoridades italianas em visita à região colonial freqüentemente manifestaram preocupação com a falta de apego da maioria dos imigrantes à italianidade (De Boni, 1987, p. 202-223). Devemos, porém, observar que elas se preocupavam exclusivamente com a política oficial de italianidade, seguida pela pouca gente que podia participar das sociedades italianas. A preservação da cultura camponesa e dos dialetos entre os colonos não sensibilizava as autoridades italianas. Por outro lado, a adoção de certos

costumes da terra era vista como uma renúncia à nacionalidade italiana. Buccelli observou como os colonos de Bento Gonçalves estavam perfeitamente adaptados aos costumes gaúchos, apreciando divertimentos como a corrida em “canha reta”, enquanto o churrasco era o principal alimento festivo. Diz ainda que muitos italianos tornaram-se criadores de gado, tomando ares de verdadeiros gaúchos (Buccelli, 1906, p. 237).

A aparente contradição entre a tentativa de preservação da italianidade e a adoção de novos costumes pode ser explicada. Se as autoridades brasileiras tinham interesse na assimilação dos imigrantes e as autoridades italianas na adoção da política de italianidade oficial, enquanto a Igreja lutava para preservar elementos culturais que asseguravam a fidelidade dos imigrantes ao catolicismo, os colonos possuíam seus próprios interesses. Havia o desejo dos imigrantes em inserir-se na sociedade regional, mas, ao mesmo tempo, eles cuidavam em preservar uma identidade coletiva específica que poderia ser útil em determinadas situações. O imigrante Andrea Pozzebon registra que, por ocasião da entrada em vigor da lei que criava a obrigatoriedade do serviço militar, surgiram distúrbios em Arroio Grande, em 1908.

Entra em vigor o alistamento militar, lei promulgada pela legislação federal brasileira. São encarregados das inscrições os chefes das sessões, ou sejam, os inspetores de bairros. Surge, em conseqüência, um tumulto diabólico. Alguns não querem se inscrever porque são italianos, outros por serem filhos de italianos. Os inspetores, prepotentes, exigem submissão, o povo os via e, devido a isso, o agente de Santa Maria vem a Arroio Grande e, à saída da missa, dirige-se ao povo e concita-o a manter-se fiel à pátria e a respeitar as leis brasileiras. É muito aclamado pela população, enquanto se fazem demonstrações de pouca simpatia aos inspetores e seus auxiliares. Pelas 6 horas da tarde, em uma “vandinha”, presente o inspetor Mattiuzzi, é o mesmo alvo de demonstrações hostis e, ao grito de “Viva a Itália”, são lançados ao ar inúmeros foguetes (Pozzebon, 1997, p. 186).

A princípio relacionadas aos acontecimentos registrados no Brasil, as manifestações do nacionalismo italiano entre os colonos cresceram por ocasião da entrada da Itália nas guerras de conquista do imperialismo. Antes, a nacionalidade italiana era alardeada sempre que os colonos se contrapunham às arbitrariedades dos administradores das colônias ou mesmo contra a lei de recrutamento obrigatório. A entrada do reino italiano na disputa imperialista, que então dilacerava a África entre as potências européias, em alguns casos despertou e em outros fez

renascer o sentimento nacionalista italiano entre os imigrantes e seus descendentes.

A derrota na Etiópia refletiu nas colônias italianas existentes no Brasil, na medida em que os imigrantes foram muitas vezes escarnecidos pelos representantes de outras etnias (Crocetta, 2000, p. 406). Em São Paulo, a derrota de uma potência européia diante de um país africano foi alardeada pela imprensa e desencadeou demonstrações antiitalianas (Franzina, 1999, p. 32). Já a vitória na guerra ítalo-turca reacendeu o nacionalismo italiano no exterior. Nos jornais em italiano que circulavam na região colonial surgiu um mistura contraditória: ligação com a terra brasileira (vista como pátria e como lugar da propriedade fundiária) e a terra de origem (aldeias, regiões da península) que criaram sentimento de afeição pelos símbolos vênéticos (leão de São Marcos, que representa Veneza) e também aos símbolos da Itália unida (o 20 de setembro, Garibaldi, a família real). Em 6 de fevereiro de 1913, o jornal *Città de Caxias* descreveu o leão de São Marcos como um símbolo caro aos ítalo-rio-grandenses, quase todos vindos dos antigos territórios dominados pela República de Veneza (Franzina, 1999, p. 40-42).

Ao fim da guerra, a sociedade *Duca degli Abruzzi*, de Arroio Grande, iniciou uma subscrição para a ereção de um monumento aos soldados italianos caídos na Líbia. O monumento deveria ser erguido na praça de São Marcos, em frente à igreja, mas, como o bispo de Santa Maria não deu sua permissão, Andrea Pozzobon cedeu um espaço do terreno que possuía próximo à praça a fim de viabilizar a construção. Em 27 de julho de 1913, o monumento aos heróis da Líbia foi inaugurado com a presença do agente consular, do intendente, de representantes dos governos federal e estadual, do exército e do periódico da Loja Maçônica “Paz e Trabalho” (Pozzobon, 1997, p. 199-205). Em 1925, deu-se a inauguração de nova lápide no monumento, quando se acrescentaram um busto do rei Vittorio Emanuele III e a efígie do leão de São Marcos (Pozzobon, 1997, p. 274).

A conquista da Líbia reacendeu o nacionalismo entre os imigrantes italianos e, ao mesmo tempo, contribuiu para formar uma identidade regional vêneta entre os mesmos. A anexação do Vêneto ao reino da Itália não levou à criação imediata de uma identidade regional vêneta e nacional italiana, persistindo por muito tempo ainda a identificação com as aldeias e cidades da região (Franzina, 1999, p. 16). Essas lealdades localistas foram trazidas pela maioria dos imigrantes, principalmente pelos camponeses, que só se viram como italianos ao se contraporem às outras etnias existentes no Rio Grande do Sul. É interessante constatar que o localismo dos primeiros imigrantes foi cedendo espaço à medida que crescia o regionalismo vêneta, que congregava a maioria dos imigrantes e assimilava as minorias ao grupo majoritário. Isso pode ser observado nas referências ao leão

de São Marcos, símbolo de Veneza, capital cultural do Vêneto. É provável que o interesse pelo venicidade atendesse ao desejo dos habitantes da zona colonial em se diferenciarem dos imigrantes que viviam nas áreas urbanas, especialmente em Porto Alegre, onde a presença de elementos provenientes do sul da península, principalmente da Calábria, era majoritária.

As comemorações pela vitória da Itália contra a Turquia prepararam a população para a entrada da Itália na Grande Guerra. Em agosto de 1914, a opinião pública italiana estava dividida. Os católicos, socialistas e parte dos liberais eram favoráveis à neutralidade, esperando que o Império Austro-Húngaro cedesse pacificamente os territórios reclamados: Trentino, Ístria e parte da Dalmácia. Os intervencionistas incluíam os nacionalistas, os republicanos, democratas e ex-socialistas. Depois de negociações secretas com os países beligerantes, o governo italiano assinou o ultra-secreto pacto de Londres em 26 de abril de 1915. Em troca dos territórios “irredentos”, a Itália se comprometia a declarar guerra às potências centrais. A notícia da guerra foi acolhida nas praças com grandes manifestações de entusiasmo. Os neutralistas aceitaram o fato consumado, esperando que o conflito fosse curto, opinião muito difundida durante os primeiros tempos da guerra (Isnenghi, 1995, p. 58-59).

A Primeira Guerra Mundial acirrou o sentimento nacionalista entre os imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul. A entrada da Itália no conflito causou certo frenesi em parte da população, mas foi somente com a adesão do Brasil ao lado da França, Rússia, Inglaterra e Itália que os sentimentos nacionalistas tomaram força. A guerra deu ocasião ao surgimento de atritos com a população de origem alemã ou austríaca, mas o presidente do Estado fez o possível para acalmar os ânimos e poupar distúrbios na região colonial. Borges de Medeiros relutou em adotar a política de nacionalização patrocinada pelo governo federal durante o conflito. Por isso, recebeu uma censura do presidente Venceslau Brás em novembro de 1917, especialmente por não obrigar que o ensino fosse feito somente em português (Love, 1975, p. 192-193).

Se Borges evitou se comprometer com a campanha de nacionalização, a Igreja Católica inseriu-se como elemento ativo nesse movimento. Em 1917, o arcebispo D. João Becker baixou uma série de determinações no sentido de que cessassem os ofícios religiosos em língua alemã nas igrejas e que se acabasse com o ensino nessa língua nas escolas católicas. O arcebispo interveio na igreja de São José (dos alemães), em Porto Alegre, tirando-lhe os direitos paroquiais, que só foram restabelecidos através de intervenção papal. Becker teve posição de destaque na seção rio-grandense da Liga de Defesa Nacional, fundada no Rio em 07 de setembro de 1916 (Gertz, 2002, p. 91).

O ensino da língua portuguesa, da história e da geografia do Brasil, assim como a celebração das datas nacionais passaram a ser obrigatórios nos colégios católicos. Os sermões e o catecismo deveriam ser feitos em português e as bandeiras do Vaticano e do Brasil, exibidos no altar, deveriam lembrar aos fiéis o lema “Deus e Pátria”. Os padres deveriam combater a aversão e os temores que os colonos tinham à obrigatoriedade de prestar o serviço militar, inserindo aulas de iniciação à instrução militar nos estabelecimentos de ensino da Igreja e nas associações devocionais. Também deveriam insistir junto aos colonos para incrementar a produção agrícola e pecuária, evitando imprevistos que surgissem em consequência da guerra (Marin, 1993, p. 185-187).

Quanto aos italianos, particularmente difícil era resolver a questão da transmissão da nacionalidade, pois, enquanto o governo brasileiro adotava o princípio do *jus soli*, pelo qual os nascidos no Brasil eram considerados brasileiros, o governo italiano adotava o *jus sanguinis*, o qual assegurava a transmissão da nacionalidade pela descendência. A naturalização em massa dos estrangeiros que não manifestassem o desejo de manter a cidadania de origem, decretada pela constituição brasileira de 1891, não foi reconhecida pela Itália. Devido à divergência em relação à questão da nacionalidade, durante a Primeira Guerra Mundial, o governo italiano considerou desertores os filhos dos imigrantes que não se apresentaram aos consulados para se alistarem nas forças armadas italianas. Em 1918, o embaixador Luciani dirigiu-se pessoalmente aos estados do sul para lembrar aos italianos seu dever em se alistar. Porém, teve de desistir de seu intento de pressionar as sociedades italianas a expulsar de seus quadros os “desertores”, sob o risco de ter de romper relações com a maior parte delas (Trento, 1989, p. 195-198).

Embora a maioria dos colonos se negasse a se alistar nos batalhões italianos, parte da comunidade italiana, particularmente aquela ligada às associações italianas, contribuiu para o esforço de guerra. As contribuições não se restringiram à arrecadação de dinheiro para enviar ao governo italiano, mas também ao envio de voluntários que partiram para os campos de batalha. Segundo Crocetta, entre junho e setembro de 1915, 392 jovens, italianos e filhos de italianos, partiram como voluntários dos portos de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre rumo à Itália (Crocetta, 2000, p. 406-426).

A guerra acirrou a rivalidade que já existia entre os italianos e os trentinos, os quais, apesar de serem do mesmo grupo étnico que os italianos peninsulares e falantes de dialetos próximos aos utilizados pelos vênéticos, faziam questão de se manterem como um grupo à parte (Frosi e Mioranza, 1975, p. 33-34). Portadores de passaportes austríacos e geralmente liderados pelo clero ultramontano,

em sua maior parte os trentinos resistiram à assimilação aos italianos. Ao que tudo indica, a comunidade trentina manteve, ao menos até o final da Primeira Guerra Mundial, uma forte coesão que não era garantida pela etnicidade, mas pelo forte sentimento regionalista, pela fidelidade ao regime monárquico e à vertente ultramontana do catolicismo.

Naturalmente é desnecessário ressaltar que nem todos os imigrantes trentinos se enquadraram nesse perfil, pois, como nos informa Júlio Lorenzoni, alguns trentinos participaram da fundação de uma sociedade italiana em Bento Gonçalves e é provável que também participassem de sociedades similares em outras colônias (Lorenzoni, 1975, p. 171). O que importa salientar é que o trentino “típico” representava o tipo ideal de imigrante para o clero ultramontano intransigente, que não poupou esforços em alimentar a ligação afetiva dos imigrantes com Trento e com a monarquia austríaca, numa tentativa de preservá-los da propaganda anticlerical difundida pelos liberais italianos (Grosselli, 1986, p. 483). Por sua vez, tudo leva a crer que a forte ligação dos trentinos ao catolicismo, vista como o principal fator de identidade coletiva, foi posteriormente estendida a todos os imigrantes italianos e seus descendentes, servindo como modelo para a idealização do imigrante italiano pela historiografia de matriz religiosa, analisada por Dirce Piccin Cortezze (2002) em seu livro.

Se, para o clero ultramontano, a emigração para as colônias agrícolas na América se configurava como a única saída possível para a preservação da tradicional sociedade camponesa e católica, para os que emigravam correspondia ao desejo de se tornarem pequenos proprietários de terra, livres da autoridade dos senhores e das pesadas taxações impostas pelo governo italiano a fim de possibilitar a construção do Estado unitário. Os anseios dos que deixavam a Europa correspondiam ao desejo das autoridades brasileiras de modernizar seu país através da criação de uma classe de pequenos proprietários brancos. Por sua vez, os subsídios à imigração e colonização foram concedidos pelo parlamento brasileiro, constituído em sua maior parte por representantes do latifúndio, com a perspectiva de que a criação de colônias agrícolas serviria de chamariz para a imigração espontânea que, posteriormente, poderia ser desviada para a lavoura cafeeira.

Ao chegarem às colônias agrícolas do Rio Grande do Sul, os imigrantes, cuja identidade coletiva na Itália raramente ultrapassava a aldeia natal ou, no máximo, a província de origem, foram recebidos como italianos pelas autoridades brasileiras, assim como pelas diversas etnias que habitavam a província. Se, no tempo da imigração em massa para o Brasil, o termo “italiano” muitas vezes adquiria o sentido de anticlerical entre essa população composta em sua maioria por camponeses conservadores e católicos, que

emigrara justamente a fim de poder fugir à proletarização e ao anticlericalismo, aqui ele se tornou um símbolo identitário.

Referências

- ADAMI, J.S. 1971. *História de Caxias do Sul*. 2ª ed., Caxias do Sul, Edições Paulinas, tomo 1 (1864-1970), 253 p.
- AZEVEDO, T. de. 1975. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 310 p.
- AZEVEDO, T. de. 1979. Pesquisa sobre a imigração italiana. In: T. de AZEVEDO, *Imigração italiana: estudos*. Porto Alegre, EST/Caxias do Sul, UCS, 279 p.
- AZZI, R. 1993. O catolicismo de imigração. In: M.N. DREHER (org.), *Imigrações e história da Igreja no Brasil*. Aparecida, Santuário/CEHILA.
- BUCCELLI, V. 1906. *Un viaggio a Rio Grande Del Sud*. Milano, L.F. Pallestrini, 394 p.
- CARBONI, F. 1999. A origem italiana dos falares da serra gaúcha. In: J. DAL BÓ; L.H. IOTTI e M.B.P. MACHADO (orgs.), *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul, Educs.
- CARNEIRO, N.L.G. 2000. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Edipucrs, 364 p.
- CONSTANTINO, N.S. de. 1991. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade Porto-Alegrense*. Porto Alegre, EST, 180 p.
- CORTEZE, D.P. 2002. *Ulisses va in America: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo, UPF, 186 p.
- CROCETTA, B. 2000. Un cinquantennio di vita coloniale. In: B. CROCETTA, *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. 2ª ed., Porto Alegre, Posenato Arte & Cultura, v. 1.
- DE BONI, L.A. 1977. *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul, UCS; Porto Alegre, EST, 103 p.
- DE BONI, L.A. (tradução e notas). 1983. *A Itália e o Rio Grande do Sul IV: relatórios de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas*. Porto Alegre, EST; Caxias do Sul, UCS, 60 p.
- DE BONI, L.A. 1987. A colonização no sul do Brasil através dos relatos de autoridades italianas. In: L.A. DE BONI (org.), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre, EST, v. 1.
- FRANCESCONI, M. 1975. Il contributo dei missionari Scalabriniani all'assistenza degli emigrati italiani nel Rio Grande do Sul (1893-1918). In: G. MASSA (org.), *Contributo alla storia della presenza italiana in Brasile*, Roma, Istituto Italo-Latino Americano, 176 p.
- FRANZINA, E. 1994. *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina, 1876-1902*. Verona, Cierre, 270 p.
- FRANZINA, E. 1999. Pátria, região e nação: o problema da identidade na imigração italiana na América Latina. In: J. DAL BÓ; L.H. IOTTI e M.B.P. MACHADO (orgs.), *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul, Educs.
- FROSI, V.M. e MIORANZA, C. 1975. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Movimento, 81 p.
- GERTZ, R. 2002. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920*. Porto Alegre, Edipucrs, 271 p.
- GIRON, L.S. e BERGAMASCHI, H.E. 1996. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul, Educs, 90 p.
- GROSSELLI, R.M. 1986. *Vincere o morire: contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Trento, Provincia Autonoma di Trento, 647 p.
- HOHLFELDT, A. 1979. Desenvolvimento cultural na zona de imigração italiana. In: A. HOHLFELDT, *Imigração italiana: estudos*. Porto Alegre, EST/Caxias do Sul, UCS.
- ISNENGLI, M. 1995. *História da Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 158 p.
- ZONI, J. 1975. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre, Sulina, 264 p.
- LOVE, J.L. 1975. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 282 p.
- LUCHESE, T.A. 2001. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889*. Porto Alegre, RS. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MAESTRI, M. 2001. *Os senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2ª ed., Passo Fundo, UPF, 141 p.
- MAGRO, C. 1996. Os palotinos em Silveira Martins e nas colônias italianas. In: L.A. DE BONI (org.), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre, EST, vol. 3.
- MANFROI, O. 1999. Imigração e nacionalismo. In: J. DAL BÓ; L.H. IOTTI e M.B.P. MACHADO (orgs.), *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul, Educs.
- MARIN, J.R. 1993. *"Ora et labora": o projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Martins*. Porto Alegre, RS. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
- PETROCCHI, L. 1992. As colônias italianas do distrito de Bento Gonçalves (1905). In: R. COSTA. *As colônias italianas de Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre, EST.
- PICCOLO, H.I.L. 1990. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções interétnicas e ideológicas no século XIX. In: L.A. DE BONI (org.), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre, EST, vol. 2.
- POZZOBON, Z.F. (org.). 1997. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul, Educs, 307 p.
- RIZZARDO, R. 1981. *Carlistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EST/CEPAM, 136 p.
- SEYFERT, G. 2000. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. *Horizontes Antropológicos*, 6(14).
- SIMÕES, R.L e CONSTANTINO, N.S. de. 1996. Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, 22(1).
- TRENTO, A. 1989. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel, 574 p.
- ZAGONEL, C.A. 1975. *Igreja e imigração italiana*. Porto Alegre, EST, 288 p.

Submetido em: 01/06/2006

Aceito em: 01/06/2006